

Prezada Comissão Permanente de licitação,

Com base no Pregão 18.2019, cujo o objeto é a prestação de serviços de bombeiros civis (brigada de incêndio), pergunto:

Nos termos do art. 6º da Instrução Normativa nº 05/2017 e também no item 20.11 do Termo de Referência:

- A) A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública. Conforme dispõe o Acórdão 5151/2014 - Segunda Câmara, do TCU: “é indevida a fixação, nos editais de licitação, de percentuais, ainda que mínimos, para encargos sociais e trabalhistas e tendo em vista que houve a publicação do aviso no dia 08.10.2019 que informa que os percentuais de encargos sociais e trabalhistas deverão seguir o estrito a CCT 2019 que são os encargos a 79,44%, diante disso perguntamos:

1 – Questão: Será seguido o estrito cumprimento da IN.05.2017 ou realmente a CCT, pois mesmo seguindo a CCT em tela ainda ocorrerá uma variável da soma dos encargos, pois há a variação da rubrica SATxRAT, todavia não ser o índice de 3% para todas as licitantes?

1 – Resposta: Considerando o enunciado do item 5. DO ENVIO DA PROPOSTA e subitens do Edital:

5.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.9. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

5.9.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.10. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

5.10.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será

mantido durante toda a execução contratual;

5.10.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

5.12. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Combinado com o art. 6º da IN nº 05 de 25 de maio de 2017:

Art. 6º A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

Parágrafo único. É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

Destarte, as propostas deverão seguir a IN nº 05/2017, devendo respeitar os índices dos encargos sociais previsto em lei, tais como, Previdência Social, FGTS, Férias, Adicional de Férias e 13º Salário, entre outros (vide itens 5.10 e seus subitens e 5.12 do Edital). Sendo de responsabilidade do Fornecedor a aplicação dos índices adequados à exequibilidade do contrato.

Lembro que a Administração seguirá estritamente os valores apresentados na proposta, não se vinculando às necessidades de complementação de benefícios, em função de Convenção ou Dissídios Coletivos de Trabalho.

B) Com base ainda no Termo de Referência, no item 7.5.2 o qual informa que o Supervisor de Brigada deve elaborar o PPCI, todavia pergunto:

2 – Questão: O Ministério tem o PPCI? Se não, a licitante deverá dimensionar os custos na proposta apresentada, sob pena de desclassificação?

2 – Resposta: O Ministério não possui PPCI, logo, os custos do mesmo deverão ser dimensionados.

C) Ainda com base no Termo de Referência, no item 1.1 (quadro resumo) informa que o objeto será Bombeiro Civil líder, bombeiro civil diurno e bombeiro civil noturno, entretanto nos itens 7.5 cita bombeiro Civil Mestre, viando a isonomia para as propostas a serem apresentadas quanto aos custos, pergunto:

3 – Questão: Será necessário ter na composição de custos o bombeiro civil mestre, se por acaso for necessário esta função, solicito a retificação para o quadro resumo bem como a estimativa de custos para a referida função.

3 – Resposta: O cargo de bombeiro civil mestre não foi objeto de cotação de preços, visto que conforme item 7.5.1 do Termo de Referência, este não prestará serviços com dedicação exclusiva a este Órgão. O custo do mesmo deverá ser rateado nos valores dos postos.

D) No item 13.46 do Termo de Referência informa que sob hipótese alguma, será permitida a ausência de profissional desguarnecendo qualquer posto de trabalho contratado, diante disso, pergunto:

4 – Questão: Será necessário a realização da remuneração da intrajornada para os profissionais ou prever o custo para a substituição do horário de intervalo? Ou o posto pode ficar vazio no horário de intervalo?

4- Resposta: Não é necessária a cotação de intrajornada ou custo de substituição, podendo os bombeiros civis gozarem do intervalo de refeição com a realização de rodízio.

E) No item 24.1 do Termo de Referência trata da estimativa de preços referenciais o qual está previsto para esta contratação o valor de R\$ 4.520.161,36, entretanto se for para seguir os encargos sociais e previdenciários estritamente conformidade com a CCT, o estimado para a contratação está impraticável e extremamente baixo.

5 - Questão: Diante disso solicito revisão da estimativa de custos visando a isonomia entre as licitantes.

5 – Resposta: A estimativa de Preços foi adotada seguindo os parâmetros da Planilha de Custo, anexo do Edital, não sendo necessária a revisão dos cálculos, considerando o posicionamento explícito na resposta ao questionamento nº 1.